




O plano previdenciário, co-patrocinado pela Companhia, denominado "PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PLANO B", é composto por benefícios como: (i) Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Serviço, Especial ou por Idade - MAT, (ii) Melhoria de Aposentadoria por Invalidez - MAI, (iii) Abono Anual - AA, (iv) Renda Continuada por Morte - RCM e (v) Auxílio Reclusão - AR.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se às contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessal.

Assistência médica - Cemig Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI - para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológicos e previdenciários nesta entidade. Em 30 de setembro de 2010 foi concluído o processo de separação do plano de saúde, que passou a ser administrado pela "Cemig Saúde", com manutenção de todos os benefícios e coberturas existentes.

Os valores das contribuições dos planos são determinados anualmente, pelos montantes considerados suficientes à cobertura das respectivas despesas previstas em cada exercício, conforme avaliação realizada por atuário independente contratado para esta finalidade. Os três planos são de adesão facultativa para o empregado e as contribuições das patrocinadoras ocorrem de forma paritária à dos participantes.

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o ativo/passivo atuarial líquido e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde e plano de assistência odontológica, de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2011.

Estudos atuariais realizados por empresa de consultoria independente indicam a existência em 31 de dezembro de 2011 de ativo atuarial líquido a ser registrado nas demonstrações financeiras da Companhia, relativo ao patrocínio do plano previdenciário. Embora a contabilização desse ativo pudesse ser reconhecida pela patrocinadora, a Administração da Companhia decidiu não fazê-lo, uma vez que os patrimônios (valor justo dos ativos do plano) relativos à massa de participantes vinculados à Companhia não estão devidamente segregados das demais patrocinadoras, tendo sido estimados pelo atuário independente na proporção dos compromissos de cada uma das patrocinadoras. Embora não sejam esperados ajustes significativos na determinação dos ativos ou passivos atuariais no momento em que ocorrer a efetiva segregação dos citados patrimônios, a Companhia optou em não reconhecer este ativo no momento.

A conciliação dos ativos e passivos atuariais pode ser assim demonstrada:

Forluz	Cemig Saúde		
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pró Saúde Integrado - PSI	Plano odontológico - POD
31 de dezembro de 2010			
Valor justo dos ativos do plano (*)	1.271	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	(769)	(425)	(41)
Valor presente das obrigações (total)	(971)	(308)	(13)
Ganhos atuariais não reconhecidos	202	(117)	(28)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-
Ativo (passivo) atuarial líquido	502	(425)	(41)
Forluz	Cemig Saúde		
Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pró Saúde Integrado - PSI	Plano odontológico - POD	
31 de dezembro de 2011			
Valor justo dos ativos do plano (*)	1.566	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	(1.368)	(509)	(45)
Valor presente das obrigações (total)	(1.238)	(419)	(20)
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidas	198	(90)	(25)
Restrição ao ativo de benefício definido	(328)	-	-
Ativo (passivo) atuarial líquido	198	(509)	(45)
Premissas atuariais utilizadas			
As premissas utilizadas pelo atuário independente na determinação dos cálculos atuariais são demonstradas a seguir:			

As premissas utilizadas pelo atuário independente na determinação dos cálculos atuariais são demonstradas a seguir:

	Plano misto de benefícios previdenciários - Plano B		Pró Saúde Integrado - PSI		Plano odontológico - POD	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,07%	10,50%	10,07%	10,50%	10,07%	10,50%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	10,98%	11,50%	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,39%	6,59%	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,30%	4,50%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	4,30%	4,50%	4,30%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,30%	4,30%	4,50%	4,30%	4,50%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light média	Light média	Light média	Light média	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)

(a) 100% na primeira idade em que atingir o direito ao benefício pleno

25. Seguros

A Companhia possui apólice de seguro para cobrir riscos diversos no montante aproximado de R\$ 55.000 (controladora) e R\$157.330 (consolidado), relacionada basicamente aos bens estratégicos existentes no Centro de Operações e *Headends* (controladora) e Data Center (controlada). A Companhia optou, após avaliação de riscos, por não contratar seguros visando cobrir acidentes com terceiros e outros eventos que poderiam afetar seus equipamentos de rede, cabos, e demais bens do seu ativo imobilizado, excetuando-se os mencionados acima. A Companhia não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados. As premissas de avaliação de riscos adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

26. Demonstração do valor adicionado - DVA

Conforme requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas. Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom em 31 de dezembro de 2011, o desempenho

de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Enfase

A Companhia possui controle compartilhado na Ativas Data Center S.A., cujos saldos do investimento e da provisão para passivo a descoberto na controladora e do ágio no consolidado em 31 de dezembro de 2011 eram de R\$ 4.397 mil, R\$ 1.867 mil e R\$ 4.397 mil, respectivamente. Conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 11, existe incerteza significativa quanto à continuidade operacional da referida controlada em conjunto face à apresentação de capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo e prejuízos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. O plano de negócio da controlada em conjunto projeta resultados operacionais a partir de 2015, cujos recursos dependem de aporte de capital de seus acionistas, liberação de financiamentos junto a instituições financeiras e geração de caixa por meio de suas operações. Portanto, a continuidade operacional desta controlada em conjunto e a consequente manutenção dos saldos de investimento e da provisão para passivo a descoberto na controladora e do ágio no consolidado, dependem do contínuo ingresso dos referidos recursos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 29 de março de 2012
KPMG Auditores Independentes - CRC 25P014428/O-6-F-MG
Marco Túlio Fernandes Ferreira - Contador CRC IMG 058176/O-0

08/08

...Continuação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Consolidado

Valor	Risco de alta das taxas de juros nacionais - cenários (% ao ano)									Remoto		
	Contábil	Base			Provável			Possível			Selic	TJLP
	11,00%	6,00%	4,80%	10,00%	6,00%	5,10%	11,00%	7,03%	4,97%	12,00%	9,30%	5,00%
Ativos												
Aplicações financeiras	82.410	91.475	87.355	86.366	90.651	87.355	86.613	91.475	88.203	86.506	92.299	86.531
Passivos												
Empréstimos, financiamentos e debêntures	97.617	108.355	103.474	102.303	107.379	103.474	102.595	108.355	104.479	102.469	109.331	102.498
Exposição líquida ativa (passiva)	(16.880)	(16.119)	(15.937)	(16.728)	(16.119)	(15.982)	(16.880)	(16.276)	(15.963)	(17.032)	(16.621)	(15.967)

Controladora

Valor	Risco de alta das taxas de juros nacionais - cenários (% ao ano)									Remoto	
	Contábil	Base		Provável		Possível		Selic	TJLP	Selic	TJLP
	11,00%	6,00%	6,00%	10,00%	6,00%	5,10%	11,00%	7,03%	4,97%	12,00%	9,30%
Ativos											
Aplicações financeiras	82.410	91.475	-	-	90.651	-	-	91.475	-	-	92.299
Passivos											
Debêntures	48.023	-	50.904	-	50.904	-	51.399	-	-	-	52.489
Exposição líquida ativa (passiva)	-	91.475	(50.904)	-	90.651	(50.904)	91.475	(51.399)	-	92.299	(52.489)

c) Risco de preço

A Companhia atua em um segmento de negócios onde os preços são livremente pactuados, sendo, portanto, dispensável a manutenção de políticas de mitigação de riscos dessa natureza.

(iv) Riscos operacionais

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de certos fatores externos, que não se refiram a riscos de crédito, mercado e liquidez, como por exemplo, aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e os relativos ao comportamento empresarial. Riscos operacionais estão presentes em todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar ou mitigar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficiência de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio, subordinada e apoiada pelos padrões gerais da Companhia Cemig para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Comunicação quanto a existência de prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Ações para mitigação de riscos, incluindo seguro quando eficaz.

O cumprimento, pela Companhia, das normas do Grupo é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a administração da unidade de negócios relacionada, com resumos encaminhados ao Comitê de Auditoria e à alta administração da Companhia. Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados e encontram-se classificados, conforme abaixo:

Ativos financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se, nesta categoria, as aplicações financeiras mantidas até o vencimento. Estes são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, o caixa e equivalentes de caixa e os saldos a receber de clientes. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;

Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;

Fornecedores: são os saldos a pagar à fornecedores e são reconhecidos pelo valor nominal de liquidação e similares aos valores justos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são apresentados no quadro abaixo:

Instrumento financeiro	Consolidado		Controladora	
	31/12/11	31/12/11	31/12/11	31/12/11
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	56.691	56.691	55.382	55.382
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	22.484	22.484	22.484	22.484
Bancos conta-garantia	4.582	4.582	4.582	4.582
Contas a receber de clientes	30.195	22.275	20.656	20.656
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	97.617	97.617	48.023	48.023
Fornecedores	10.880	10.880	8.508	8.508

b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa - os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras, face à sua natureza de disponibilidade imediata, têm valor justo estimado próximo ao seu valor contábil (Nota explicativa 6).

Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

c) Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. A controlada em conjunto, Ativas, em fase inicial de operações, depende do aporte de recursos dos sócios e da obtenção de empréstimos e financiamentos no mercado para dar prosseguimento à maturação e expansão de seus negócios.

A Companhia vem cumprindo com boa margem os principais indicadores de *covenants* financeiros, os quais estão comprometidos em exigências contratuais de dívida, que prevêm geração de caixa (EBITDA) em patamares pre-estabelecidos, conforme descrito na nota explicativa 14.

A Companhia aposta em um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade dos negócios, os quais são aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orientada para o futuro, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 90 dias.

DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Djalma Bastos de Moraes
Fernando Henrique Schuffner Neto
Lauro Sérgio Vasconcelos David
João Procópio Campos Loures Vale
Paulo Eduardo Pereira Guimarães

CONSELHO FISCAL

Aliomar Silva Lima (efetivo)
Ronald Gastão Andrade Reis (efetivo)
Francisco Luiz Moreira Penna (efetivo)
Paulo César Teodoro Bechtluft (suplente)
Paulo Eduardo Fernandes de Almeida (suplente)
Henrique Carlos Cafaggi (suplente)

DIRETORIA EXECUTIVA

Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente
Luiz Fernando Rolla - Diretor Executivo e de Relações com Investidores
Sérgio Roberto Belisário - Diretor Técnico

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Vander Fernandes - Contador CRC-MG 59.391